

Dívida interna surpreende

Publica JORNAL DO BRASIL 23 MAI 1992
■ Tesouro desembolsa US\$ 9,7 bilhões em juros e déficit mobiliário está 162% maior

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA — Nos primeiros quatro meses do ano, o Tesouro Nacional gastou US\$ 9,7 bilhões com os juros da dívida interna e a dívida mobiliária (em títulos) cresceu 162,2% desde setembro de 1991, quando começaram as liberações dos cruzados retidos. Estes resultados fazem parte de um estudo preparado pelo Banco Central, que admite um crescimento dos gastos com juros além do esperado, mas assegura que, apesar do aumento, o total da dívida interna do setor público (incluindo estados e municípios) chegará a 18,77% do PIB (Produto Interno Bruto) em dezembro de 1992, abaixo dos 24,9% do PIB registrados no final do último ano do governo Sarney. A previsão otimista em relação às estimativas de economistas do mercado está baseada em dois parâmetros fora do controle do governo: ajuste fiscal e queda da inflação.

“Com o ajuste fiscal e a reversão das expectativas inflacionárias, resultantes do êxito que se obtenha na implementação do programa econômico, é de se esperar um novo nível de equilíbrio para a taxa de juros, inferior ao atual. Dessa forma, a taxa de crescimento da dívida pública mobiliária federal deverá reduzir-se a partir do se-

gundo semestre”, diz o estudo do Banco Central, obtido pelo JORNAL DO BRASIL. Com base nessa projeção, o BC estima que nos próximos oito meses os juros da dívida custarão US\$ 11,4 bilhões, apenas US\$ 1,7 bilhão a mais do que já foi gasto de janeiro a abril.

Acima — Mesmo com essa previsão otimista, o estudo admite que as despesas com juros ficarão acima do que foi estabelecido no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), porque “as condições que determinarão a redução das taxas de juros não se materializam de forma imediata”. Nessa projeção, os juros custariam 4,9% do PIB à União, estados, municípios e estatais, enquanto a carta de intenções ao FMI estabelece um custo de 4,1% do PIB. Por isso, a dívida interna crescerá 30% acima da inflação de dezembro de 1991 a dezembro de 1992, mas ainda estaria abaixo do valor deixado pelo governo Sarney, que era considerado insuportável e gerou a chamada ciranda financeira.

O crescimento de cerca de US\$ 3,2 bilhões nos gastos financeiros é atribuído à necessidade de manter uma taxa de juros elevada para controlar a inflação. “Por estarem as taxas de juros associadas à evolução das expectativas dos agentes econômicos, que de-

pendem da consolidação dos resultados do programa econômico, é provável que a atual política monetária tenha que ser mantida por mais tempo, acabando por determinar um crescimento além do programado nas despesas com juros internos”, afirma o estudo do BC. Os custos financeiros seriam compensados por um superávit primário (despesas menos receitas financeiras) do setor público, a fim de que seja viabilizado o cumprimento do acordo com o FMI.

Superávit — Nos primeiros três meses do ano, o superávit primário ficou em 2,65% do PIB, graças a um corte de Cr\$ 2 trilhões com gastos de custeio e investimento. Mesmo assim, não foi suficiente para cobrir as despesas financeiras e o déficit operacional — que inclui todas as receitas e despesas sem correção monetária — chegou a Cr\$ 10,8 trilhões, quase o dobro do previsto para o trimestre e apenas Cr\$ 600 bilhões abaixo da meta estabelecida para todo o semestre. O Brasil só receberá o restante do empréstimo de US\$ 2,1 bilhões do FMI se o déficit for contido dentro dos limites prometidos na carta de intenções. Para cumprir essa promessa, o governo aposta num crescimento da arrecadação e na redução dos juros que, segundo o próprio presidente Collor, será concretizada nos próximos seis meses.